

TeSP - Segurança e Proteção Civil

Técnico Superior Profissional

Plano: Plano TeSP

Ficha da Unidade Curricular: Direito da Proteção Civil

ECTS: 3; Horas - Totais: 81.0, Contacto e Tipologia, T:15.0; TP:30.0;

Ano | Semestre: 1 | S1; Ramo: Tronco comum;

Tipo: Obrigatória; Interação: Presencial; Código: 62234

Área de educação e formação: Direito

Docente Responsável

Paula Alexandra da Cruz Silva Pina de Almeida
Professora Adjunta

Docente e horas de contacto

Paula Alexandra da Cruz Silva Pina de Almeida

Professor Adjunto, T: 15; TP: 30;

Objetivos de Aprendizagem

Os objectivos desta unidade curricular são a aquisição e consolidação de alguns conhecimentos fundamentais sobre:

- O contexto da protecção civil;
- Organização política do Estado;
- Relação do Estado com o cidadão;
- As fontes de Direito nacionais e europeias;
- Responsabilidade civil extracontratual.

Conteúdos Programáticos

1. A protecção civil como direito dos cidadãos;
2. A Constituição como lei fundamental.
3. A Administração Pública.
4. As fontes normativas do direito de protecção civil;
5. Os princípios fundamentais da protecção civil, à luz da Constituição e da responsabilidade do Estado;
6. O regime jurídico da responsabilidade extracontratual do Estado.
7. O Direito da protecção civil na União Europeia.

Conteúdos Programáticos (detalhado)

1. A protecção civil como direito dos cidadãos
 - 1.1. Noções gerais.
 - 1.2. Estudo da sua evolução.
 - 1.3. A influência da jurisprudência no reconhecimento das responsabilidades do Estado para com o cidadão.
2. A Constituição como lei fundamental
 - 2.1. A organização política do Estado
 - 2.2. As tarefas fundamentais do Estado.



- 2.3.A Assembleia da República e o Governo e respectivas responsabilidades na política de protecção civil.
- 3.A Administração Pública
 - 3.1.O princípio da precedência da lei.
 - 3.2.A Desconcertação e Descentralização e seu reflexo na organização da protecção civil.
- 4. As fontes normativas do direito de protecção civil.
 - 4.1.O processo legislativo.
 - 4.2.A hierarquia das normas.
 - 4.3. Inconstitucionalidade por acção e por omissão.
- 5. Os princípios fundamentais da protecção civil, à luz da Constituição e da responsabilidade do Estado

Metodologias de avaliação

Realização de fichas de trabalho e uma frequência de avaliação, a que os alunos terão que tirar classificação mínima de 10 valores, para dispensar de exame.

Exame final.

Software utilizado em aula

Não aplicável.

Estágio

Não aplicável.

Bibliografia recomendada

- Aragão, A. e Anthony, R. e Govindarajan, V. (2010). *Dimensões europeias do princípio da precaução*. Coimbra: Coimbra Editora
- Amaral, D. e Horngren, C. e Datar, S. e Rajan, M. (1998). *O Estado de necessidade e a urgência em Direito Administrativo*. Coimbra: Almedina

Coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos

A abordagem e aprendizagem dos conteúdos programáticos referidos são o meio adequado a habilitar os discentes a cumprir os objectivos que nos propomos.

Metodologias de ensino

Aulas de carácter expositivo, com análise da legislação.

Coerência das metodologias de ensino com os objetivos

Só através da leitura e aprendizagem das técnicas de interpretação, os discentes poderão, no futuro, ser capazes de analisar a legislação, interpretá-la e aplicá-la.

Língua de ensino

Português

Pré requisitos

Não aplicável.

Observações

Docente Responsável

Paula Alexandra da Cruz Silva Tavares de Almeida

Diretor de Curso, Comissão de Curso

Luís Miguel de Almeida

Conselho Técnico-Científico

LWI